

Instituto Jones dos Santos Neves  
Biblioteca

AJ 01699

## Economia

R\$ 100

BILHÕES. Este foi o valor do total de impostos pagos pelos brasileiros em 2010 até sexta-feira, segundo o "Impostômetro" da Associação Comercial de São Paulo.

**Operação Caixa Preta.** Relatório da Polícia Federal responsabiliza um grupo de 18 empreiteiras

# PF aponta superfaturamento de R\$ 61 milhões no aeroporto

GABRIEL LORDÉLLO

**Relatório diz que esquema de fraudes em licitações foi feito pela cúpula que comandava a Infraero**

SÃO PAULO

■ A Polícia Federal apontou superfaturamento de R\$ 991,8 milhões nas obras de dez aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) - Corumbá, Congonhas, Guarulhos, Brasília, Goiânia, Cuiabá, Macapá, Uberlândia, Vitória e Santos Dumont. Somente no aeroporto de Vitória, o desvio seria de R\$ 61 milhões. Todas as obras foram contratadas durante o primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2006. A informação foi publicada com exclusividade, ontem, pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

O relatório final da Operação Caixa Preta sustenta que o desvio é resultado de um esquema de fraudes em licitações arquitetado pela cúpula da estatal na administração Carlos Wilson, que

presidiu a Infraero naquele período. Ex-deputado, ex-senador e ex-governador de Pernambuco (1990), Carlos Wilson foi filiado à antiga Arena, ao PMDB, ao PSDB e, por último, ao PT. Ele morreu em abril de 2009, aos 59 anos, vítima de câncer.

Os principais assessores de Wilson no comando da Infraero foram enquadrados pela PF: Josefina Valle de Oliveira Pinha, ex-advogada-geral do Senado que exerceu a função de superintendente jurídica da estatal; Adenahuer Figueira Nunes, ex-diretor financeiro, e Eleuza Lores, ex-diretora de engenharia - o indiciamento de Eleuza foi suspenso pelo Superior Tribunal de Justiça.

O dossiê da PF esmiúça em 188 páginas como operou "um seletor e ajustado grupo" de 18 empreiteiras. A Polícia Federal imputa seis crimes a 52 investigados, entre ex-dirigentes e funcionários da Infraero, empresários, projetistas e fiscais: formação de quadrilha, peculato (crime contra a administração pública), corrupção ativa e passiva, crimes contra a ordem eco-

nômica e fraude em licitações.

O inquérito foi aberto em novembro de 2006 pela Superintendência Regional da PF em Brasília. Interceptações telefônicas revelaram estreito contato entre ex-diretores da Infraero e funcionários de empreiteiras.

## Obra ficou R\$ 200 milhões mais cara

■ Segundo o deputado federal Luiz Paulo Velloso Lucas, quando foi prefeito de Vitória, entre 1997 e 2004, foi feito um convênio entre prefeitura, Estado e Infraero. "A prefeitura colocou R\$ 10 milhões. O dinheiro era para uma série de obras que deveriam ficar prontas em 2005. Em 2003, o governo federal cancelou a licitação e fizeram esse plano que foi denunciado. Essas obras custariam R\$ 200 milhões a mais e ficaram no papel. Enterraram muito dinheiro em uma obra superfaturada. Caso de polícia".

**DESVIO.** Na terraplanagem da nova pista do aeroporto de Vitória, indícios de irregularidades

# Infraero diz que colaborou Laudo aponta 18 empresas

## A empresa diz ter muito interesse na apuração dos fatos e na correção das irregularidades

SÃO PAULO

■ A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) informou que tem colaborado com as investigações da Polícia Federal, por "ser grande interessada na apuração dos fatos e na devida correção das possíveis irregularidades".

"A Infraero pauta sua gestão pela máxima transparência e, como empresa pública, tem a

obrigação de colaborar com as investigações, o que já vem fazendo e assim continuará".

A ex-superintendente jurídica da Infraero Josefina Pinha disse que não teve acesso ao relatório final do inquérito, "mas pode intuir que a pressa de concluí-lo, como lhe foi alegado, pode ter levado a equívocos lastimáveis". Ela afirma que "não elaborou nem rubricou qualquer dos contratos relativos às obras".

Os advogados criminalistas Renato Vieira e André Kehdi ressaltaram que o indiciamento de Eleuza Loes foi suspenso pelo Superior Tribunal de Justiça, que acolheu habeas

corpus em favor da ex-diretora de Engenharia da Infraero.

"O STJ decidiu que enquanto o Tribunal de Contas da União não der uma palavra definitiva sobre os contratos da Infraero qualquer indiciamento é precipitação", anota Vieira.

A construtora Norberto Odebrecht diz que "cumpru rigorosamente suas obrigações contratuais com a Infraero, não havendo qualquer envolvimento da empresa ou de seus funcionários em supostas irregularidades". E que "está segura de que o comportamento ético e lícito que pauta sua atuação será confirmado pela Justiça".

## Só a Odebrecht seria responsável pelo desvio de R\$ 163,25 milhões dos cofres públicos, aponta PF

SÃO PAULO

■ Com base no laudo 761/2009, do Instituto Nacional de Criminalística (INC), braço da Diretoria Técnico-Científica, a PF afirma que "a Norberto Odebrecht figura como responsável por um desvio do valor atualizado de R\$ 163,25 milhões dos cofres públicos".

Na obra do Santos Dumont (RJ), diz a PF, a Odebrecht "apre-

sentou superfaturamento no valor de R\$ 17,25 milhões". Segundo o relatório, "essa modalidade de superfaturamento se caracteriza pela cobrança em duplicidade, ou cobrança por serviço não executado". O laudo 781/2009 indica que a Via Engenharia "figura como responsável por desvio de R\$ 40,65 milhões das obras do aeroporto de Goiânia".

São alvos do inquérito 18 empreiteiras: Odebrecht, OAS, Carioca, Construcap, Camargo Corrêa, Galvão, Via Engenharia, Queiroz Galvão, Constran, Mendes Júnior, Serveng Civilsan, Gautama, Beter, Estacon, Financeira, Enpress, Triunfo e Ci-

ma. Elas negam irregularidades.

As fraudes, diz a PF, tiveram apoio de altos funcionários da Infraero. "Objetivando beneficiar seletivo grupo de empresários, precisava-se restringir o caráter competitivo das licitações necessárias à aplicação dos recursos federais. Para tanto, eram necessárias mudanças estruturais e normativas na Infraero".

A PF aponta formação de cartel, inclusão indevida de etapa de pré-qualificação, mudanças de regras durante licitação. Os peritos apontaram superfaturamento por falta de qualidade e quantidade e por sobrepreço e jogo de planilha.